

PROJETO BRA/08/012 - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS DE
PROMOÇÃO DA
SOCIOBIODIVERSIDADE, GESTÃO
TERRITORIAL E AMBIENTAL E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Foto: Andressa Zumpano.

OBJETIVO

O objetivo principal do Projeto era fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista a fim de melhorar as condições de vida dessas populações

RESULTADOS ESPERADOS

1. Iniciativas de capacitação em produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental do território para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais implantadas;
2. Cadeias produtivas e iniciativas associadas ao agroextrativismo e a sociobiodiversidade definidas e implantadas;
3. Políticas públicas de sustentabilidade socioeconômica e ambiental para o agroextrativismo, povos e comunidades e povos indígenas estruturadas e monitoradas;
4. Novo modelo de apoio ao agroextrativismo, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas elaborado e validado.

HISTÓRICO

Em janeiro de 2009 o Projeto BRA/08/012 inicia suas atividades, inspirado fortemente na atuação dos Projetos BRA/99/025 e BRA/99/022, que trouxeram expressivos resultados na implementação das ações junto aos diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e populações agroextrativistas;

Foram realizadas revisões substantivas para rever prazos e orçamentos, sendo que nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017 as revisões apresentaram também alterações na estrutura, sendo acrescentadas atividades aos resultados propostos.

ORÇAMENTO

Vigência: janeiro de 2009 a dezembro de 2018

Valor orçamentário do BRA/08/012: US\$ 10.510.115,23 **(até dezembro de 2017)**

Valor integralizado: US\$ 10.292.506,81 **(até dezembro de 2017)**

Valor Executado 2009 a 2018 : US\$

PROMOÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE



Foto: Portal Ypadê.

PROMOÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Algumas políticas públicas foram criadas a partir da atuação do Projeto 08/012 e outras sua implementação efetivada a partir das ações realizadas pelo Projeto. Na área da Promoção da Sociobiodiversidade, destacam-se as seguintes políticas públicas com relação direta à atuação do BRA/08/012:

Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO

Política de Garantia de Preços Mínimos aos Produtos da Biodiversidade – PGPM-Bio

Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - PLANAFE

PNPSB

Em 21 de julho de 2009 é publicada a Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, que trata do Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). O Plano é a concretização da atuação de projetos anteriores e se transforma na política pública balizadora da atuação do Projeto BRA/08/012, para a promoção das cadeias de produção do agroextrativismo praticado por povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

O objetivo geral do PNPSB era:

Desenvolver ações integradas para a promoção e desenvolvimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

PNPSB

Foram realizadas diversas ações no âmbito da Promoção da Sociobiodiversidade, dentre elas destacam-se:

1. Construção de mapeamento de gargalos nas cadeias de produtos, como Babaçu e Castanha do Brasil;
2. Intermediação de negociações com empresas de grande porte, como Walmart, Pão de Açúcar, para comercialização de produtos da sociobiodiversidade;
3. Negociação com o BNDES para que as organizações da sociedade civil pudessem acessar recursos do Fundo Amazônia para financiamento de suas ações;
4. Construção da Rede de Serviços da Sociobiodiversidade, para apoiar as organizações nos processos de comercialização e identificar e solucionar gargalos;
5. Praça da Sociobiodiversidade;

PNPSB

6. Construção de espaços estaduais de governança do PNPSB;
7. Realizados 10 diagnósticos de produtos em territórios prioritários de atuação: açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha do Brasil, copaíba, piaçava e pequi;
8. Publicação com os 18 Arranjos Produtivos Locais –APLs de produtos da sociobiodiversidade;
9. Publicação de 21 Cadernos Técnicos de boas práticas de manejo sustentável orgânico;
10. Apoio à participação social para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

PNPSB

A implementação do PNPSB trouxe importantes lições aprendidas e ações a serem reforçadas:

1. Modelo de gestão com participação da sociedade civil e instâncias estaduais de acompanhamento e atuação;
2. A efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores/as familiares na construção e implementação das ações;
3. A visibilidade aos produtos da sociobiodiversidade é acoplada à visibilidade aos povos e comunidades tradicionais de maneira geral;
4. A necessidade de adequações em normas sanitárias, dentre outras, vigentes, que não acolhem a produção e comercialização de produtos da sociobio;
5. A importância da negociação para conquista de novos mercados consumidores e ações de divulgação, como a Praça da Sociobiodiversidade;

PNPSB

6. A forma de atuação, acompanhamento e avaliação foram essenciais para a inserção do Plano no âmbito de uma política nacional, com recursos orçamentários e instâncias similares de gestão;
7. A inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na agenda de exportações, com produtos de qualidade e com valor sociocultural agregado;

PNPSB

Aqui poderia entrar uma foto da Praça da Sociobiodiversidade. A Paula Ramos da Ascom tinha umas fotos bem bonitas da última que fizemos nas Olimpíadas

PGPM-Bio

Com a certeza de que não bastava incluir produtos advindos da biodiversidade em listagem da Política de Garantia de Preço Mínimo e sim seria necessário modificar a lógica e garantir a inclusão dos produtos e dar visibilidade aos produtores, aos povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares, as ações conjuntas do MMA, MDA, CONAB, MF e MDS resultaram na criação do PGPM-Bio.

PGPM-Bio

As principais vantagens de garantir um preço mínimo para os produtos da sociobio podem ser resumidas em:

1. Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais;
2. Redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas;
3. Valorização da floresta em pé;
4. Geração de renda;
5. Fortalecimento econômico e social das comunidades tradicionais e agricultores/as familiares extrativistas.

PGPM-Bio

Com a publicação da Portaria Interministerial MMA/MDS nº 284, de 30 de maio de 2018, foram incluídas 101 espécies na Lista de Espécies Nativas da Sociobiodiversidade Brasileira de Valor Alimentício, podendo ampliar, ainda mais, a listagem de produtos a serem beneficiários da PGPM-Bio

Até 2018 já foram incluídos 17 produtos da sociobiodiversidade na Política, sendo as cinco regiões beneficiadas, atendendo com cerca de R\$ 1.400,00 por família e mais de 5 toneladas de produtos subvencionados.

PGPM-Bio

Pensei em acrescentar o mapa do Brasil com os produtos subvencionados, mas não consegui a mídia aberta para realizar a cópia.

PNAPO

A partir das experiências de implementação e gestão do PNPSB e tendo em vista que o governo federal articulava a construção de uma política nacional que pudesse promover a sistemas agroecológicos e produção orgânica, o MMA e demais parceiros na coordenação, MDA e MDS, entenderam que seria o momento de inclusão das ações do PNPSB em um eixo de atuação da política nacional em fase de gestação.

Desta maneira foi apoiada a realização de uma rodada de consultas e oficinas para mobilização e inclusão dos povos e comunidades tradicionais na discussão da nova proposta e participação no modelo de gestão da nova política.

PNAPO

Foram apoiadas, ainda, as seguintes atividades:

1. Aporte de subsídios, a partir das experiência acumuladas, para elaboração dos Planos 2013-2015 e 2016-2019;
2. Aporte técnico para mobilização e funcionamento da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade dentro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO);
3. Suporte para a realização do II Seminário da Sociobiodiversidade, no âmbito da CNAPO;
4. Garantia de apoio para participação dos povos e comunidades tradicionais na CNAPO e outras instâncias e fóruns de participação social na estrutura de gestão da PNAPO e PLANAPO.

PNAPO

Aqui seria legal incluir a linha do tempo do Plano, é bem didática e demonstra que a construção foi realizada durante o período de atuação do Projeto.

PLANAFE

Aqui podia entrar uma foto da recente instalação da comissão do Planafe, não tenho nenhuma deste momento.

PLANAFE

Em 2011 é realizado o I Chamado da Floresta, ação idealizada pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, com o intuito de unificar os povos da floresta e reforçar a necessidade de inclusão em políticas públicas e participação social na construção e implementação de políticas públicas, conclamando os órgãos do governo federal a participar da construção e escutar as propostas e demandas dos povos da floresta.

Foram realizadas, ao todo, três edições do Chamado da Floresta, sendo garantido o apoio para a realização das mesmas e a participação tanto de seus gestores máximos como de diversos técnicos nestes momentos de reunião de tantos povos da floresta.

PLANAFE

A partir da experiência dos Chamados da Floresta e da construção de pauta de demandas ao governo federal, foram sendo realizadas reuniões que desembocaram na construção do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas. O Planafe é a concretização das demandas da sociedade civil representativa de povos e comunidades tradicionais que tem no extrativismo a sua identidade ou principal atividade socioeconômica, representando.

O Planafe, pode, inclusive, ser um importante instrumento de continuidade das ações para a próxima gestão, visto haver plano aprovado para execução a ser finalizada em 2019. Ferramenta essencial para agenda de transição governamental.

PLANAFE

A atuação do Projeto BRA/08/012 foi essencial para a concretização do Planafe, sendo destacadas as ações de:

1. Aporte técnico para elaboração dos estudos que subsidiaram a elaboração do plano;
2. Viabilização do funcionamento do GT criado para discutir o plano com os diferentes órgãos de governo e da sociedade civil;
3. Suporte para o funcionamento da comissão intersetorial de coordenação do plano;
4. Apoio na realização da oficina de planejamento e elaboração do plano 2016-2019.

PLANAFE

Aqui podia entrar a linha do tempo dos Chamados da Floresta e das distintas fases do Planafe.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL



Foto: <http://www.iieb.org.br/files/8614/1441/4379/>

IMG_1518.JPG.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A construção de políticas nacionais de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e recentemente, também, em Territórios Quilombolas, foi ação fortemente influenciada pela atuação de Projetos como BRA/99/025 e BRA/08/012. Destaca-se, de maneira especial, a experiência acumulada com a execução da Carteira Indígena, apoio a projetos de organizações indígenas.

Foram apoiadas 84 iniciativas, sendo investidos mais de R\$ 2,6 milhões, Foram ainda apoiados diversos projetos para formação e construção de Planos de Gestão Ambiental e Territorial, sendo investidos, até 2018 o valor de R\$ **xxxx**

Em 2008 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de construir a proposta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Em 2009/2010, com apoio do projeto foram realizadas cinco consultas regionais e a proposta da PNGATI foi apreciada e aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), sendo, então, encaminhada para apreciação da Presidência da República.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Dentre as principais ameaças e desafios enfrentados pelos Povos Indígenas, destacam-se:

- a) A integridade das terras indígenas e ao controle sobre acesso ao território;
- b) Mudanças nos sistemas econômicos (inserção na economia de mercado, produção em escala, novos hábitos de consumo);
- c) Mudanças no padrão de ocupação e uso do território (diminuição da mobilidade, concentração populacional devido a acesso a serviços, aumento da população);
- d) Alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão (relação com Estado e parceiros, movimento indígena, valorização das questões de gênero e geração)

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A PNGATI tem como ferramentas para a gestão territorial e ambiental o etnomapeamento e o etnozoneamento. O etnomapeamento é o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

O etnozoneamento é o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um dos instrumentos de implementação da PNGATI. As reflexões das comunidades sobre a situação geral de seus territórios, bem como as formas de uso sustentável dos recursos naturais, o manejo da biodiversidade, assim como a situação de atividades centrais nas áreas de saúde, educação, produção sustentável, entre outras, são discutidas, consensualizadas e sistematizadas nos PGTAs. Neste sentido os Planos são os acordos comunitários sobre as estratégias de sustentabilidade das TI, devendo expressar o protagonismo e a autodeterminação indígena na negociação e estabelecimento de acordos - internos, entre as comunidades, e externos, com seus parceiros e vizinhos - que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena e a organização das demandas dos povos em processos de diálogo e negociação com o Estado brasileiro

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A PNGATI tem contribuído de maneira importante para a revisão da forma de relacionamento dos povos indígenas tanto dentro do próprio território como na relação com o Estado e empresas.

Para dentro do território o processo de construção dos planos de gestão territorial e ambiental – PGTAs, geram um aprofundamento do conhecimento do território, necessidades e pertencimentos, unindo ainda mais as comunidades.

Para fora do território demonstra o amadurecimento dos povos e seu entendimento sobre o território e sobre as distintas formas de gestão que aportam para o mesmo.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O BRA/08/012, apoiou a construção de diversos planos de gestão, os últimos projetos apoiados, com execução finalizada em 2018, foram PGTAs construídos em Terras Indígenas no Maranhão, terras que sofrem grandes pressões e ameaças externas:

- a) Associação Wyty Cate: TI Canela – Povo Canela;
- b) Associação Wyty Cate: TI Porquinhos – Povo Canela;
- c) Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova: TI Governador – Povo Gavião;
- d) Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Guajajara das Aldeias Maçaranduba, Santa Rita, Canoa, Nova: TI Caru – Povo Guajajara; e
- e) Associação Ka’apor ta hury do Rio Gurupi – Alto Turiaçu

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Colocar a foto final da Oficina Nacional do PGTAQ

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A partir da criação de Grupo de Trabalho de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas em 2013 o MMA em conjunto especialmente com a SEPPIR, começou a discutir, em parceria com Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, a criação de um Plano Nacional para a gestão territorial e ambiental em comunidades quilombolas. Este GT realizou algumas iniciativas para que o diálogo sobre este assunto envolvesse um número maior de representantes quilombolas.

Em 2016 foram realizadas oito oficinas, sendo duas nacionais e seis territoriais, realizadas em comunidades quilombolas: Alcântara (MA), Brejo dos Crioulos (MG), Lagoa dos Campinhos (SE), Erepecuru (PA), Kalunga (GO), Campinho da Independência (RJ).

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Em 2017 é formado um novo GT com mais órgãos de governo envolvidos, como Incra, Serviço Florestal Brasileiro, Fundação Cultural Palmares, para debater a minuta de diretrizes e construir os próximos passos. É definida a realização de uma nova rodada de oficinas territoriais e uma nacional. Assim, são realizadas sete oficinas territoriais envolvendo cerca de 320 quilombolas de 18 estados.

As oficinas foram realizadas nos seguintes Territórios Quilombolas: Resex do Frechal (MA), Ribeirão Grande (SP), Pitanga dos Palmares (BA), Estivas (PE), Paiol de Telhas (PR), Brejo dos Crioulos (MG) e na cidade de Santarém (PA).

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O apoio realizado pelo Projeto BRA/08/012 foi essencial para que esse processo de construção e pactuação das Diretrizes para uma política de Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas fosse realizada.

Foram produzidos importantes materiais de suporte às discussões, como a Cartilha de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, o Documento base de subsídios para a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e relatório da oficina nacional que debateu o documento base de subsídios.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Encaminhamentos importantes foram tirados da Oficina Nacional, ressaltado a importância do protagonismo das comunidades quilombolas na agenda e da parceria com o MMA no processo de construção:

1. Elaborar uma publicação com a o conteúdo do documento base que o ISA vai finalizar com as considerações tiradas do Encontro Nacional e do GT;
2. Criação de um GTI com participação da CONAQ para propor a formalização das diretrizes para GTAQ (portaria e decreto);
3. Continuar a articulação para apresentação de um projeto de Lei que estabelecerá a Política Nacional de GTAQ.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Acrescentar foto de reunião da CNPCT

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As ações executadas pelo Projeto BRA/08/012 oportunizaram o incremento da participação direta dos povos e comunidades tradicionais na construção e implementação de suas ações, como já mencionado nos itens anteriores. Entretanto, cabe destacar a crucial importância do projeto para a manutenção e realização, em conjunto com o MDS, do processo de reuniões, encontros e consultas da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT e outras instâncias surgidas a partir desta, como a Mesa de Diálogos com as Quebradeiras de Coco Babaçu, Oficinas para regulamentação da Lei 13,123, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e o GT CAR/PCT.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Com o apoio do Projeto foram realizadas, em parceria com o MDS, reuniões ordinárias e extraordinárias da CNPCT nos anos de 2009 a 2016.

Foram realizados, também em parceria com o MDS, cinco encontros regionais e o II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O projeto também apoiou a realização das reuniões do GT de Transição, responsável pela condução do processo pós II Encontro Nacional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL



MESA DE DIÁLOGO QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

No material que tenho não há menções diretas à formação e atuação da mesa, porém, como a viabilização das reuniões foi feita com apoio do 08/012 entendo que caberia ao menos um slide falando desta atuação. Podem me mandar as informações que acrescento aqui.

OFICINAS LEI 13.123

Aqui ocorre o mesmo que a mesa de diálogos, lembro de termos realizado as oficinas em conjunto, sendo parte dos recursos do 08/012. acho que cabe uma menção, foi um importante processo para os PCTs.

GT DE TRANSIÇÃO

Ao final do II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais foi definida a formação de um Grupo de Trabalho de Transição com o objetivo de efetivar uma das principais decisões do processo de encontros de 2013/2014, a transformação da Comissão Nacional em Conselho Nacional.

O GT tinha uma formação majoritária dos segmentos de povos e comunidades tradicionais, governo e MPF. A primeira grande decisão do GT foi sobre a construção do tipo de instrumento que seria utilizado para dar concretude ao conselho nacional.

GT DE TRANSIÇÃO

O GT realizou oito reuniões durante o ano de 2015, e na última reunião do ano da CNPCT, a 28^a, apresentou uma proposta de minuta de instrumento, que tanto poderia ser um projeto de lei como um decreto, para apreciação do pleno da comissão nacional.

Em maio de 2016, durante a 29^a reunião ordinária da CNPCT foi aprovada a versão, com algumas alterações, e submetida à apreciação da presidência da República.

Uma outra versão foi encaminhada ao Congresso Nacional para ser apreciada e apresentado um Projeto de Lei. A versão apresentada ao CN previa que o conselho seria uma instância deliberativa e apresentava outras pequenas diferenças da minuta de decreto.

CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Foto: Thays Puzzi.

CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Como resultado dos trabalhos do GT de Transição, em 07 de maio de 2016 é publicado o Decreto nº 8.750, constituindo o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Esta foi a concretização de uma importante vitória dos povos e comunidades tradicionais que iniciaram um longo processo de avaliação da CNPCT, iniciado em 2012, e que apresentou uma nova proposição de formato para a atuação dos PCTs junto ao Estado brasileiro.

Ainda em maio de 2016 foram designados os conselheiros que permaneceram da composição da CNPCT e foram iniciados os trabalhos para eleição da nova instância.

CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em julho de 2017 são designados, por meio de portaria do MDS, os/as conselheiros/as do CONPCT e o conselho efetivamente inicia seus trabalhos, realizando a composição do primeiro grupo de trabalho para realizar o diálogo com o Serviço Florestal Brasileiro da inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais no Sistema do Cadastro Ambiental Rural.

GT CAR/PCT

Em setembro de 2017 é constituído o GT CAR/PCT no âmbito do CONPCT. O GT agrega em sua composição membros do grupo de trabalho para debater o CAR entre as comunidades quilombolas que estava realizando reuniões há dois anos.

Assim, a composição do GT é formada pela indicação de conselheiros/as pelos Biomas, sendo alguns ecossistemas bem característicos, também incluídos, ainda que não sejam efetivamente biomas, e também com indicações feitas pela CONAQ.

O GT já realizou seis reuniões, sendo diretamente apoiado pelo BRA/08/012, e sua atuação já apresenta importantes resultados.

GT CAR/PCT


1. Homologação pelo GT CAR/PCT do módulo PCT no SICAR para inserção dos Territórios Tradicionais;
2. Construção de orientações aos órgãos estaduais de meio ambiente sobre como devem ser realizadas as consultas livres, prévias e informadas antes da inserção de Territórios Tradicionais no SICAR, e como devem ser realizados os processos de capacitação para inserção destes Territórios;
3. Contratação de consultorias para a produção de material com base jurídica para inclusão diferenciada e legislação a ser observada tanto na inclusão como na análise dos cadastros dos Territórios Tradicionais;

GT CAR/PCT

4. Realização de capacitações nos estados para inclusão dos Territórios no SICAR, já foram realizadas cinco oficinas e outras já estão previstas;
5. Realização de oficinas com OEMAs para informação sobre o que são PCTs, legislação a ser observada e inclusão dos TTs no SICAR;
6. Realização de capacitação dos membros do GT para inclusão direta de Territórios no SICAR.

GT CAR/PCT

CAR - Módulo de Cadastro



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

BAIXAR IMAGENS CADASTRAR GRAVAR PARA ENVIO ENVIAR RETIFICAR

CADASTRO DE IMÓVEIS

Novo Imóvel Rural

- IMÓVEL RURAL
- TERRITÓRIO TRADICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**
- IMÓVEL RURAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Ministério do Meio Ambiente

CAR MÓDULO DE CADASTRO